



OPINIÃO

Agitação fiscal e despesa “sagrada”



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

Portugal é um país extremamente peculiar. Então, os portugueses nem se fala. Somos desmesurados, por excesso ou por defeito, em quase tudo. Desbragados na euforia, trágicos na adversidade. Ultimamente, e por razões de emergência nacional e estratégia política, os impostos têm estado com todos os holofotes apontados. Quase que se fala com tanto fervor da tributação como das peripécias do fim de semana futebolístico.

Se por um lado é sinal que a consciência e a maturidade fiscal dos portugueses está mais desperta, a vertente mais sombria é que a pressão sobre os impostos de todos tem-se intensificado e já roça o insustentável.

Vive-se uma agitação fiscal sem paralelo que, ao fim de contas, só é benéfica para os cofres do Estado. A balbúrdia instalada gera perigos identificados, que não devem ser menosprezados: a tendência para a fraude e a instabilidade tributária.

Um conhecido suplemento económico estimava nos últimos dias que os impostos mudam 30 vezes por ano. Um alarmante exercício de transformismo. A corda estica, sem cessar, desde o 25 de abril. Progredimos degraus não no nível de vida, mas em carga fiscal. Já somos tributados como nórdicos, mas produzimos como um país do norte de África.

O Governo apostou tudo no “cavalo” da receita, deixando para mais tarde as tão ansiadas e prometidas medidas do lado da despesa. Mudaram as caras que nos governam, mas a visão que se continua a perfilhar é que a receita vai dando para as necessidades, enquanto a despesa é uma “vaca sagrada” que não pode ser tocada. O ministro das Finanças apareceu três vezes aos portugueses e em tantas outras ocasiões anunciou o aumento dos impostos. Quem vai pagar a crise são os trabalhadores por conta de outrem. Uma vez mais, o rendimento do trabalho é o principal alvo do poder político, deixando-se de fora os rendi-

mentos de capitais, outro reduto inexpugnável.

As recentes alterações legislativas em matéria fiscal denotaram impreparação e uma deficiente conceção política e estratégica. Impunham-se medidas mais concertadas e equilibradas. A indefinição relativamente à Taxa Social Única (TSU), uma bandeira desfraldada durante a campanha eleitoral, é disso prova.

Incoerências à parte, o fim das deduções com as despesas de saúde e educação pode abrir a “caixa de Pandora”, na sempre apetecível tentação pela fuga e evasão, potenciada em período de crise. Sabendo como o português é quando a malha fica ligeiramente menos apertada, o contribuinte tenderá a não pedir fatura e a entidade ou pessoa que lhe presta o serviço pode a arrepiar caminho e não declarar esse rendimento ao fisco. Um sinal negativo quando os valores da cidadania fiscal e o cumprimento das regras tributárias pareciam fazer o seu caminho. Trata-se mesmo de um retrocesso, quando por certo todos estão lembrados que em 2007 foi a própria administração fiscal a protagonizar uma campanha de sensibilização intitulada “Peça a fatura”, que deu alguns bons frutos. Retirar da agenda o combate à fraude e evasão fiscais pode revelar-se uma catástrofe a médio curto/médio prazo.

Ao serem retiradas as deduções nos escalões de IRS mais elevados, está a ser desvirtuado o espírito deste imposto, o que poderá ter efeitos negativos em termos de coleta.

O clima é de apreensão. Existem demasiados pretextos para prevaricar e uma justiça fiscal improvável, já para não falar de privatizações de benefícios duvidosos para o Estado.

Os tempos de emergência exigem ponderação. Querer ir além da troika, pode ser fatal. ■

*Artigo escrito de acordo
com a nova grafia

A balbúrdia instalada gera perigos identificados, que não devem ser menosprezados: a tendência para a fraude e a instabilidade tributária.